



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

**Grupo Parlamentar**

**Sessão Plenária de 18 de Janeiro de 2012**

**Debate de Atualidade**

**«Alterações às leis laborais»**

**Intervenção do Deputado Jorge Machado**

Sra. Presidente,

Senhores membros do Governo,

Senhoras e senhores deputados,

As associações patronais, o governo PSD, CDS-PP e a UGT anunciaram um acordo na chamada concertação social, que o Presidente da República patrocinou.

Unidos na exploração dos trabalhadores, no empobrecimento do povo; no comprometimento do presente e do futuro da juventude, no afundamento do País.

Firmado no quadro do pacto de agressão, também subscrito pelo PS, este acordo representa mais um empurrão do País para a injustiça e o desastre económico e social. É uma brutalidade.

Promove o trabalho forçado e não pago com a tentativa de eliminação de quatro feriados e de três dias de férias e a marcação arbitrária e impositiva de dias de férias pelo patronato.

Mais poder ao capital para controlar e decidir sobre a vida dos trabalhadores. Estabelecimento do banco de horas de forma mais agressiva. Trabalho 12 horas por dia e 60 horas por semana com reflexos na impossibilidade de organizar a vida pessoal e familiar e o acompanhamento aos filhos e provocando um desgaste pessoal, físico e psíquico insuportável.

Preconiza a eliminação do descanso compensatório por trabalho em dias de descanso.

Visa uma brutal baixa de salários e remunerações, em particular com a redução para metade do pagamento de horas extras e do trabalho em dias de descanso, querendo sobrepor tal opção ao que está inscrito na contratação colectiva.

O que pretendem significa, não a diminuição do recurso a horas extraordinárias, mas o incremento da sua utilização em larga escala, mas mal pagas ou sem pagamento, o que contribuirá ainda mais para a eliminação de postos de trabalho e o aumento do desemprego.

Este acordo pretende concretizar a velha aspiração patronal de facilitar os despedimentos individuais sem justa causa, para aumentar o quadro anti-democrático e de indignidade nas empresas e locais de trabalho.

Prevê que o despedimento por inadaptação deixe de depender de modificações no posto de trabalho e passe a poder ser determinado por aquilo que é definido como “a verificação de uma modificação substancial da prestação realizada pelo trabalhador, de que resulte, nomeadamente, a redução continuada de produtividade ou de qualidade”.

Elementos subjectivos para promover o despedimento arbitrário, sem justa causa. Acresce, para facilitar ainda mais os despedimentos, a redução do valor das indemnizações devidas aos trabalhadores, agora não apenas para os novos contratos, mas para todos.

Este acordo desencadeia um novo e mais profundo ataque à contratação colectiva e aos direitos sindicais, prevê utilizar dinheiro da segurança social para promover a precariedade, os baixos salários e aponta para a redução da atribuição do subsídio de desemprego.

Um ataque brutal aos trabalhadores, aos seus direitos e condições de vida e um volumoso pacote de transferência de recursos públicos para engrossar ainda mais os lucros dos grupos económicos.

Nestas circunstâncias é invocada a produtividade, a competitividade e o emprego, como sempre que se quer alterar a legislação de trabalho contra os trabalhadores.

Os resultados estão à vista. Em 2001 antes da aprovação do Código do Trabalho havia 330 mil desempregados, hoje depois da sua aprovação e todas as malfeitorias que se seguiram há cerca de 1 milhão de desempregados e o país está na situação que se conhece.

Agora, do outro lado, os lucros dos grupos monopolistas não pararam de aumentar com rios de dinheiro a sair do País. A prova está feita este é o caminho do afundamento.

A brutalidade social e civilizacional, inscrita nesta farsa de acordo, segue o mesmo caminho. Com estas medidas o que está à vista é mais desemprego, menos produção, mais dependência e menos futuro.

Estes objectivos têm que ser derrotados, tal como a tentativa de imposição da chamada meia hora, que foi derrotada pelas lutas desenvolvidas pelos trabalhadores, com destaque para a Greve Geral de 24 de Novembro.

Saudamos daqui a CGTP-IN pela sua posição coerente e determinada na defesa dos direitos dos trabalhadores e dos interesses nacionais, contra o retrocesso social e civilizacional.

Saudamos os trabalhadores portugueses pela sua luta e acção que é a esperança e a certeza de um futuro melhor.

O PCP assume o combate a este retrocesso, defende e afirma um caminho alternativo que passa pela valorização do trabalho e dos trabalhadores, componente de uma política patriótica e de esquerda.

Portugal não está condenado à exploração, às injustiças, ao declínio. Portugal tem futuro.

Disse